

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.643 - ES (2019/0267928-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : B S M (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL FREITAS DE LIMA - RJ140402
MARIAH SARTORIO JUSTI - ES026136
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por B.S.M. contra o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que denegou o *writ* de origem em acórdão assim ementado (fl. 125):

HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL - PRISÃO TEMPORÁRIA - NEGATIVA DE AUTORIA - IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE - VIA ELEITA INADEQUADA - LEI Nº 7.960/89 PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS - ORDEM DENEGADA.

1. Na ação constitucional de Habeas Corpus cumpre apenas a verificação dos indícios necessários para lastrear a persecução penal. Por esse motivo, não se mostra adequado aprofundar-se em matérias que serão amplamente debatidas durante a instrução criminal, procedimento este que permitira com maior amplitude a discussão da culpabilidade do agente, ou a efetiva inexistência de conduta típica.
2. Não há que se falar em falta de fundamentação da decisão que decretou a prisão temporária do paciente, diante dos fortes indícios de que teria cometido os crimes de homicídio qualificado consumado, sendo decretada a sua custódia temporária com o fito de possibilitar a conclusão das investigações, levando-se em consideração a garantia da instrução criminal.
3. Ordem denegada.

O recorrente foi indiciado pela prática de duplo homicídio qualificado.

Neste recurso argumenta-se, em suma, que *houve expedição de decreto de prisão em 05.07.2018 (fl. 58), o qual está em aberto há 11 (onze) meses, por conta de um fato ocorrido há quase 03 (três) anos, sendo que até a presente data não houve qualquer diligência nova praticada, nem mesmo as antigas foram concluídas, permanecendo o Inquérito Policial parado e sem qualquer função investigativa (fl. 138), apontando a ausência de fundamentação e de contemporaneidade do decreto de prisão temporária, e requerendo a revogação desta ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.*

A liminar foi indeferida (fls. 172/174).

As informações foram prestadas (fls. 177/188).

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo desprovimento do

Superior Tribunal de Justiça

recurso (fls. 192/196).

Na origem, o processo n. 0002578-71.2018.8.08.0012 encontra-se entregue em carga da Delegacia de Polícia desde a data de 18/2/2019, conforme informações obtidas no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, na data de 30/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Da decisão que decretou a custódia temporária do recorrente, extrai-se (fls. 103):

[...], tenho que o vertente inquérito policial e a representação pela decretação de prisão temporária versam sobre a suposta prática de crime de homicídio doloso e, a teor do artigo 1º, inciso I da lei nº 8.072/90, potencialmente qualificado, os quais comportam a decretação de prisão temporária de seus agentes pelo prazo de trinta dias, prorrogáveis por igual período.

Isto posto, tenho que as declarações constantes dos termos de fls. 28/29, 136/137 e 146/147 tornam fundadas as razões de autoria e participação dos representados BRUNO SOARES MENDONÇA e ÉDIPO FERREIRA DE MORAES nos crimes em apuração.

Por sua vez, considerando as notícias de que as testemunhas do fato se apresentam receosas e teme por suas vidas e de seus familiares, a prisão temporária imprescindível para as investigações, sobretudo visando preservar o ânimo das testemunhas e a isenção de seus depoimentos, tudo objetivando o sucesso das investigações e da eventual oferta de ação penal.[...]

Como já adiantado na liminar, a prisão temporária do recorrente decretada foi prorrogada com fundamento na presença de indícios de autoria na participação nos crimes de homicídios qualificados, apontando-se a indispensabilidade da medida para a conclusão das investigações, haja vista o temor das testemunhas em relação ao acusado, acrescentando as informações do juízo de 1º grau de fls. 90-91, que *até a presente data não há informação quanto a entrada dos investigados no sistema prisional*.

Consigne-se que esta Corte tem entendido pela existência de fundamentos concretos quando a prisão se deu em razão das ameaças dirigidas às testemunhas, vítimas ou outras pessoas chamadas ao processo. Nesse sentido: RHC 68.460/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 18/04/2016; HC 345.657/ES, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 19/04/2016; RHC 57.614/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016; RHC 67.170/AM, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 17/03/2016; HC

Superior Tribunal de Justiça

346.926/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Em relação a ausência de contemporaneidade dos fundamentos indicados para determinar a custódia cautelar, essa deve ser afastada, pois *as testemunhas do fato se apresentam receosas e temem por suas vidas e de seus familiares*, ou seja, é necessária e adequada a prisão para resguardar futura instrução processual. Ademais, réu encontra-se foragido.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator